

Governo reforça empenho pelas PPPs

Ed Ferreira/AE

Ministro Aldo Rebelo articula para que projeto de lei seja aprovado ainda este ano

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA - O governo iniciou ontem uma nova rodada de negociações, na tentativa de aprovar o projeto de lei que regulamenta a Parceria Público-Privada (PPP) ainda este ano. "O governo está disposto a negociar e acolher sugestões que aperfeiçoem o projeto", disse o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, que esteve ontem no Senado para conversar sobre as PPPs com os líderes dos partidos de oposição: José Agripino (PFL-RN) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

"Iniciamos as negociações com todos os partidos e há questões de mérito a ser discutidas", disse o líder do governo no Senado, Aloízio Mercadante (PT-SP). "Não há mais a exigência de que o projeto seja votado só após as eleições, portanto ele pode ser votado antes do término dos trabalhos do esforço concentrado."

A pauta de votações acordada ontem é encabeçada por cinco MPs que estão trancando a pauta do Senado. Em seguida, vêm a Lei de Informática e os destaques da Reforma do Judiciário. Depois, o projeto de Biossegurança. Apesar do cronograma, as conversas no Congresso ontem foram sobre outro tema: a CPI do Banestado e o convite aos presidentes do Banco Central, Henrique Meirelles, e do Banco do Brasil, Cássio Casseb, para dar

explicações no Senado. Questionado sobre se a vinda dos dois presidentes ajudaria a liberar a pauta de votações, Mercadante irritou-se: "Não há essa vinculação, já disse". Enquanto as questões partidárias dominam a pauta, persistem as dificuldades para se chegar a um acordo quanto às PPPs. "Do jeito que está, o texto é um risco gravíssimo contra a Lei de Responsabilidade Fiscal e um atropelo à Lei de Licitações", insistiu o senador Tasso



Aloízio Mercadante: 'Não há mais a exigência de que o projeto seja votado só após as eleições'

Jereissati (PSDB-CE).

No encontro com a oposição, Rebelo pediu-lhes que tragam suas sugestões de alteração. Era uma tentativa de tirar a discussão da seara partidária e trazê-la para o mérito. Tasso rebateu, dizendo que a oposição sempre teve sugestões, mas o governo já se mostrou refratário a essa negociação. Ele disse ter apresentado várias emendas ao projeto, todas recusadas pelo relator do texto na Comissão de Assuntos Econômicos, senador Valdir Raupp (PMDB-RO). Depois, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, esteve no Senado para tentar acelerar o projeto, mas também não aceitou as sugestões de Tasso.

Mantega deveria ter ido ao Senado ontem, mas os líderes partidários preferiram chegar a um entendimento antes de convidá-lo. Mantega disse, na semana passada, que mudará o texto da PPP, incorporando sugestões. Uma das alterações visa justamente a fortalecer a austeridade fiscal. A idéia é pôr um limite para o comprometimento das receitas dos governos federal, estaduais e municipais com a PPP. (Colaborou James Allen)

PLANALTO
ESTÁ ABERTO A
NEGOCIAÇÕES
E SUGESTÕES